



Prefeitura Municipal de Barra Longa

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 02/2022

ATENÇÃO:

- ✓ Prova objetiva com 20 questões de múltipla escolha;
- ✓ Cada questão constará de 04 (quatro) alternativas e 01 (uma) única opção correta;
- ✓ Duração da prova: Duas horas – Início as 14h00 e término as 17h00;
- ✓ Utilizar caneta esferográfica na cor azul ou preta;
- ✓ Ao final da prova, assinale as opções escolhidas no gabarito oficial, sem rasuras.
- ✓ Assine o gabarito e entregue ao fiscal de sala;
- ✓ Não é permitido levar o caderno de provas.

019 – Fiscal de Tributos

Nome do Candidato: _____.

Documento de Identificação: _____.

Assinatura: _____.



Prefeitura Municipal de Barra Longa

CONHECIMENTOS GERAIS

Questão 01: Segundo o Estatuto do Servidor Público do município de Barra Longa, não poderá ser investido em cargo público:

- a) A pessoa naturalizada;
- b) O menor de 18 anos;
- c) Quem estiver em gozo de seus direitos políticos;
- d) Quem não estiver quite com as obrigações militares.

Questão 02: Segundo o Estatuto do Servidor Público do município de Barra Longa, a vacância de um cargo pode ocorrer por:

- a) Exoneração;
- b) Assiduidade;
- c) Pontualidade;
- d) Responsabilidade profissional;

Questão 03: Em relação ao Direito de Férias, previsto no Estatuto do Servidor Público do Município de Barra Longa pode-se afirmar que:

- a) O funcionário gozará, obrigatoriamente, 30-(Trinta) dias úteis de férias;
- b) Somente depois de 13 - (Treze) meses de efetivo exercício o funcionário adquirirá direito a férias;
- c) O funcionário poderá converter seu direito a férias em dinheiro;
- d) Durante as férias o funcionário terá direito a sua remuneração integral, exceto a gratificação por serviço extraordinário.



Prefeitura Municipal de Barra Longa

Questão 04: Assinale a opção que não representa um motivo de licença previsto no Estatuto do Servidor Público do município de Barra Longa:

- a) Para tratamento de Saúde;
- b) Por motivo de doença em pessoa da família;
- c) Para participação em festas e eventos particulares;
- d) Para prestar serviço militar obrigatório.

Questão 05: Segundo o Estatuto do Servidor Público do município de Barra Longa, além do salário o servidor público poderá auferir:

- a) Ajuda de Custo;
- b) Prêmio por Produtividade;
- c) Prêmio por Assiduidade;
- d) Décimo Quarto Salário.

Questão 06: Segundo o Estatuto do Servidor Público do município de Barra Longa o servidor do sexo masculino será aposentado compulsoriamente quando completar:

- a) 60 anos;
- b) 65 anos;
- c) 70 anos;
- d) 75 anos.

Questão 07: Não é uma pena disciplinar prevista no Estatuto do Servidor Público do município de Barra Longa:

- a) Advertência Verbal;
- b) Multa;
- c) Suspensão;
- d) Reclusão.



Prefeitura Municipal de Barra Longa

Questão 08: A luz do Estatuto do Servidor Público do Município de Barra Longo assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa abaixo:

“Nenhum funcionário poderá ser transferido, de ofício, no período de _____ dias anteriores e _____ posteriores às eleições.”

- a) 30 e 30
- b) 150 e 60;
- c) 180 e 90;
- d) 200 e 180.

Questão 09: Segundo o Estatuto do Servidor Público do município de Barra Longa, o dia do Servidor Público Municipal será consagrado em:

- a) 26 de junho;
- b) 18 de agosto;
- c) 17 de setembro;
- d) 28 de outubro.

Questão 10: Segundo o Estatuto do Servidor Público do município de Barra Longa não é considerada uma falta grave:

- a) Crime praticado contra a administração pública;
- b) Abandono do cargo por mais de 10 dias consecutivos;
- c) Incontinência pública e embriaguez habitual;
- d) Aplicação irregular dos dinheiros públicos.



Prefeitura Municipal de Barra Longa

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 11: As multas de ofício, previstas no inciso I do art. 37 do Código Tributário Municipal, aplicáveis ao descumprimento das obrigações tributárias principais têm os seguintes valores:

- a) 25% do valor devido, nos casos de mera inadimplência;
- b) 65% do valor devido nos casos de reincidência de conduta;
- c) 100% do valor devido, inadimplência decorrente de dolo, fraude ou simulação;
- d) 150% em qualquer caso.

Questão 12: Segundo o Código Tributário Municipal do município de Barra Longa os contribuintes que não estiverem com o exercício de sua atividade empresarial devidamente regularizado ou com inconsistências em dados ou informações sobre matérias efetivamente tributárias ou complementares perante o município sujeitam-se às seguintes prerrogativas da Fazenda Pública, dentre outras previstas em outros instrumentos normativos, exceto:

- a) Comunicação de orientação ou advertência, assim considerada como mero ato de gestão, sem efeitos sobre a denúncia espontânea;
- b) Notificação fiscal, por meio de ação judicial, ou instrumento autônomo com o mesmo fim, com afastamento da denúncia espontânea;
- c) Multas;
- d) Adoção de medidas específicas do Regime Nacional Diferenciado, Simplificado e Favorecido de Recolhimento de Tributos - Simples Nacional, na forma da legislação de regência.

Questão 13: É um tributo de competência municipal:

- a) ITBI;
- b) IPVA;
- c) ITCD;
- d) ICMS.



Prefeitura Municipal de Barra Longa

Questão 14: Acerca do sujeito ativo da obrigação tributária, é correto afirmar que:

- a) Se trata do sujeito obrigado à emissão da nota fiscal em favor do tomador do serviço ou comprador da mercadoria, nos tributos indiretos;
- b) É a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o cumprimento da obrigação tributária;
- c) É a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária, independentemente da responsabilidade pelo cumprimento das obrigações acessórias;
- d) É chamado de contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.

Questão 15: Segundo o Código Tributário Municipal de Barra Longo, o ISQN não será cobrado por valores fixos dos seguintes contribuintes:

- a) Médicos;
- b) Contadores;
- c) Advogados;
- d) Mecânicos.

Questão 16: O Município de Barra Longa pode cobrar diversas taxas, de acordo com seu código tributário. Entretanto, NÃO se inclui entre as taxas de competência municipal a Taxa de:

- a) Coleta de lixo domiciliar.
- b) Licença para execução de obras.
- c) Licença para fiscalização de serviços diversos;
- d) Contribuição para o custeio da iluminação pública;



Prefeitura Municipal de Barra Longa

Questão 17: Todos os anos, a Secretaria da Fazenda do Município emite os carnês do IPTU e os envia para os contribuintes efetuarem o pagamento. Ou seja, anualmente é constituído o crédito tributário por meio do lançamento. Nesse caso, trata-se de lançamento na seguinte modalidade prevista na legislação tributária:

- a) De Notificação;
- b) De Ofício;
- c) Por Declaração;
- d) Por Homologação.

Questão 18: Como se denomina o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte?

- a) Contribuição de Melhoria;
- b) Contribuição Social;
- c) Empréstimo Compulsório;
- d) Imposto.

Questão 19: De acordo com o Código Tributário Nacional, a prescrição e a decadência são formas de:

- a) Pagamento do crédito tributário;
- b) Exclusão do crédito tributário;
- c) Extinção do crédito tributário;
- d) Remissão do crédito tributário.



Prefeitura Municipal de Barra Longa

Questão 20: Beltrana e Fulana são proprietárias de um imóvel adquirido por dois milhões de reais no ano de 2010. Algum tempo depois, assim que foi concluída uma obra pública municipal na região, o referido imóvel passou a ser avaliado em sete milhões de reais. A Secretaria de Finanças, então, resolveu cobrar, a título de contribuição de melhoria, o valor de cinquenta mil reais das contribuintes, as quais impugnaram a cobrança sob a alegação de que a municipalidade nunca delimitou a zona beneficiada pela obra. Nesse contexto, é correto afirmar que de acordo com as afirmativas anteriores, assinale a alternativa correta.

- a) O Município deveria ter especificado, na lei que instituiu a contribuição, a delimitação da zona beneficiada;
- b) A cobrança tributária está correta, pois a valorização imobiliária permite a instituição da contribuição de melhoria;
- c) O Município não está obrigado a delimitar a zona beneficiada pela obra, porém deve informar previamente aos contribuintes o orçamento do custo da obra;
- d) A alegação das contribuintes é totalmente infundada, pois sequer podem provar que o Município cobrou indevidamente a contribuição de melhoria.